



### **III Fórum de Finanças Éticas e Sociais**

#### **Microfinanças**

**25 de novembro de 2017**

**Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa**

#### **Desafios e oportunidades das finanças éticas e sociais e das microfinanças em Portugal<sup>1</sup>**

Começo por felicitar o Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa e a Cooperativa para o Desenvolvimento das Finanças Éticas e Solidárias pela organização deste evento e pelas questões que selecionaram para o debate, que são de uma grande oportunidade, talvez não intuídas pela opinião pública neste momento, mas que a seu tempo ocuparão o debate público.

Quero também agradecer o convite que me foi dirigido para participar como orador nesta terceira edição do Fórum, dedicada às microfinanças, e dizer que é uma honra e um gosto estar aqui.

Esta é uma reflexão que interessa muito ao Banco de Portugal porque está relacionada com a sua missão de salvaguarda da estabilidade financeira. Efetivamente, para haver estabilidade financeira é necessário que os agentes económicos tenham finanças sustentáveis. Tal envolve um exercício de discussão pública, de formação financeira e de tutoria que

---

<sup>1</sup> Preparado para apresentação.



permita assegurar que a sociedade é capaz de retirar o melhor partido dos recursos de que dispõe, não caindo no subaproveitamento ou no excesso de endividamento, com consequências negativas no potencial de crescimento socioeconómico e na capacidade de inclusão social, bem como no desempenho do setor financeiro e na estabilidade macroeconómica.

Nesta minha intervenção gostaria de dar nota de algumas questões relacionadas com os desafios e oportunidades das finanças éticas e sociais e das microfinanças em Portugal:

- 1. A primeira nota é que é preciso distinguir claramente o plano das finanças éticas e sociais, que se refere a questões emergentes do relacionamento entre as entidades financiadora e financiada, nomeadamente de comportamento, do plano das microfinanças, que corresponde a um tipo e modo de financiamento.**

O conceito de finanças éticas e sociais remete para:

- O equilíbrio da relação contratual entre quem concede e quem recebe crédito;
- E, por consequência, para a regulação e para a vigilância do relacionamento entre financiador e financiado.

Há uma tendência para, durante os períodos de acalmia, haver o sentimento de que o regulador e o supervisor não têm de interferir na



relação entre o financiador e financiado e para, em períodos de dificuldades, se considerar que o regulador e o supervisor deviam ter tido uma maior intervenção. O regulador tem de estar permanentemente atento, porque é nos períodos de acalmia que os problemas germinam e se acentuam.

Efetivamente, o conceito de finanças éticas e sociais remete para a necessidade de uma atenção especial aos desequilíbrios na relação contratual entre quem financia e quem é financiado, que se acentua com a fragilidade deste último, e que se manifesta tanto do ponto de vista do preço praticado, como do ponto de vista do prazo da operação e da adequação do financiamento concedido ao projeto financiado ou ao objeto do financiamento. Existe uma propensão para prestar pouca atenção e, como resultado, não se preocupar com estas condições, quer por parte do cliente – que muitas vezes ou não tem a literacia necessária para o efeito ou decide em estado de urgente necessidade – quer por parte da instituição financeira – que está mais focada nos benefícios de curto prazo do que nos efeitos negativos de longo prazo sobre a solvência do agente financiado e a sustentabilidade da instituição (a qual terá sempre de suportar as perdas das decisões passadas).

Os problemas que podem surgir destes comportamentos para as empresas e para os particulares são muito graves e podem extravasar para a sociedade como um todo, refletindo-se a prazo em perturbações económicas, sociais e políticas.



Por seu turno, o conceito de microfinanças tem a ver com outra dimensão do problema, que é o facto de nem todos os agentes económicos se encontrarem em pé de igualdade no acesso ao financiamento.

Tipicamente, as dificuldades de acesso ao crédito estão associadas a:

- Limitações na cobertura geográfica e populacional do universo financiável, caso típico de alguns países subdesenvolvidos;
- Elementos de risco associados à ausência de garantias, do histórico de relacionamento bancário ou do *scoring de risco* que exclui determinados agentes do acesso ao financiamento (por exemplo, desempregados de longa duração e jovens);
- Características dos potenciais financiados, que não têm literacia financeira adequada para apresentar os projetos que pretendem financiar;
- Pequenos montantes de financiamento, que não são economicamente atrativos para os bancos.

É preciso caracterizar estas situações para perceber o que falha em cada caso. Por isso, as experiências de microfinanças ou de microcrédito não são transponíveis de um país para o outro, porque estão muito dependentes das características sociais, das regras de funcionamento da comunidade onde o agente a financiar está inserido, nomeadamente a pressão do grupo e os valores cultivados, e da rede e tecnologia disponíveis para conceder crédito.



Esta questão é importante porque, em determinado momento e a propósito de uma experiência muito positiva no Bangladesh com o Grameen Bank, surgiu a ideia de que seria possível replicar o modelo para outros contextos sociais e outros países, sem ter em conta as diferentes condições históricas, antropológicas, sociológicas e comunitárias em que está inserido o agente carente de financiamento. Em Portugal, por exemplo, não existe uma cultura comunitária matriarcal que garanta o reembolso. Portanto, o que devemos retirar deste tipo de experiências é a conclusão de que, sempre que estamos confrontados com uma situação em que há agentes económicos que não têm acesso ao financiamento, é importante perceber o porquê – se o problema resulta do nível risco, da ordem de grandeza do montante ou do respetivo nível de endividamento – e procurar formas de ultrapassar essas dificuldades em função das circunstâncias concretas de inserção económica e social.

Isto é, há franjas da sociedade que têm uma necessidade de financiamento e que, nas condições prevaletentes, não a conseguem satisfazer e é necessário perceber os fatores determinantes desta carência. O que significa que estamos, assim, perante um desafio de identificação e caracterização das sociedades ou dos segmentos sociais nos quais o problema da exclusão financeira se manifesta, antes de se decidir onde e como se quer atuar. Tal requer a mobilização de conhecimentos e de competências e de abordagens que ultrapassam as



que são específicas do domínio financeiro, designadamente da área da antropologia e da sociologia.

Isto significa que as microfinanças são também um importante instrumento de inclusão social, de coesão e desenvolvimento económico. De facto, a existência de agentes económicos sem acesso ao financiamento tem como consequência o risco de subaproveitamento dos recursos da sociedade. A experiência dos países subdesenvolvidos mostrou que existia um potencial de crescimento económico de que era possível tirar partido caso fossem disponibilizados recursos financeiros adequados para o aproveitamento e valorização do potencial produtivo latente na população excluída do acesso ao financiamento.

Em Portugal, por exemplo, se formos capazes de, pela via do microfinanciamento, reintegrar os desempregados de longa duração como produtores, estaremos a contribuir não só para o aumento do produto como para a redução do risco de exclusão social e, por consequência, estaremos a contribuir para coesão social e para o desenvolvimento económico do país.

**2. A segunda nota que quero dar está relacionada precisamente com a situação que se nos depara quando há financiamento disponível e adequado às necessidades de microprojectos mas não há procura por falta de empreendedorismo.**



Numa situação em que há capacidade de financiamento e recursos subaproveitados, é necessário perceber porque é que a capacidade empreendedora e empresarial não se revela. Nomeadamente, quais os valores que a sociedade está a privilegiar, cultivar ou incentivar.

O empreendedorismo não se revela, não se incrementa nem se difunde, e muito menos se decreta, de um dia para o outro. Depende da história da comunidade/sociedade onde se manifesta, do nível e da natureza da educação fornecida, da cultura de inovação e do apetite ou do incentivo à tomada de risco, bem como da atitude de resposta e adaptação aos desafios da competitividade.

É necessário induzir nos agentes económicos e sociais a consciência de que o futuro depende, em primeiro lugar, das decisões e da atitude de cada um no aproveitamento da sua dotação de competências e de recursos materiais, contrariando, se for o caso, a tendência para fazer depender o seu futuro das ações de terceiros - que, sendo condicionantes que importa ter presentes, não são determinantes. Uma cultura de dependência de terceiros não gera o desenvolvimento económico; e a ignorância das condicionantes externas gera a frustração e consolida a inação.

Um dos fatores que têm sido consistentemente relacionados com a capacidade empreendedora dos indivíduos e das sociedades é o grau de “necessidade de realização” que comanda o respetivo comportamento individual e coletivo. Como salientou o psicólogo David McClelland, num trabalho seminal que desenvolveu no início dos anos 1960, importa ter presente a intensidade e a difusão, no seio de uma dada sociedade ou de



uma dada comunidade, do desejo dos indivíduos de realização, de domínio de habilidades e de alcance de padrões elevados de desempenho. Sociedades e indivíduos com maior “necessidade de realização” privilegiam e prosseguem tarefas desafiadoras, que exigem habilidade e esforço e que fornecem indicações ou *retorno* claro sobre o respetivo desempenho – circunstâncias estreitamente relacionadas com a atividade empreendedora.

Como é realçado pela generalidade dos autores e também dos organismos internacionais, o empreendedorismo anda associado a um conjunto de características relacionadas com competências e atitudes e com conhecimentos específicos, nomeadamente as capacidades de planear e de avaliar riscos, de trabalhar em equipa, de identificar novas oportunidades, de ser pró-ativo, perseverante, resiliente e de ter determinação para atingir objetivos. E a intensidade da “necessidade de realização” de um indivíduo ou de uma comunidade reflete diversos fatores como a forma como os pais incentivam a independência na infância; os elogios e recompensas pelo sucesso; a associação de realização com sentimentos positivos e, em particular, com a própria competência e esforço (por oposição a sorte); a disseminação do desejo de ser eficaz ou desafiado e a sua inculcação ao nível individual; a inteligência emocional; e a capacidade de definição de metas.

O que significa que a disponibilidade de microfinanciamento é uma condição necessária mas não suficiente para o aproveitamento pleno dos talentos e dos recursos dos indivíduos de uma dada comunidade. Depende dos valores e das atitudes que comandam a ação dos indivíduos



em causa e da atitude da sociedade perante aqueles que ousam tomar o seu futuro nas suas mãos. Pode haver uma carência de iniciativa e de ação que limite e anule a disponibilização de microfinanciamento. É, por isso, importante que a sociedade valorize estas características e que a formação dos jovens incentive o seu desenvolvimento. Os estabelecimentos de ensino, desde o básico ao superior, têm aqui um papel essencial. Para além de transmitirem os conhecimentos académicos, devem promover o desenvolvimento de competências pessoais e, sobretudo, criar nos jovens a autoconfiança necessária para a criação de novos projetos.

São também capacidades-chave para o empreendedorismo as competências financeiras. O sucesso das ideias inovadoras envolve capacidade de planear em contexto de incerteza, sabendo que existem riscos. A concretização de um novo projeto requer tipicamente uma decisão sobre a forma de o financiar, o que pode envolver o recurso ao crédito. Mesmo que tal não aconteça, a interação com o sistema financeiro é certamente necessária, para ter uma conta bancária, para fazer pagamentos ou para subscrever os seguros obrigatórios.

Neste contexto, a formação financeira é um instrumento fundamental para prover o empreendedorismo, porque fornece conhecimentos sobre os produtos e serviços financeiros, sobre as suas características e riscos e sobre os direitos e deveres dos clientes bancários. Uma escolha de financiamento adequada aos objetivos do projeto, que tenha em atenção os riscos inerentes, contribui para o sucesso do mesmo e permite evitar



posteriores situações de incumprimento de crédito, em benefício da eficiência na afetação de recursos e da estabilidade do sistema financeiro.

O Banco de Portugal tem vindo a desenvolver diversas ações com vista a promover a informação e formação financeira da população portuguesa. Visam reforçar a consciência dos que se financiam relativamente aos problemas das particularidades dos financiamentos que recebem. Destaco em particular as seguintes:

- Através do Portal do Cliente Bancário, o Banco disponibiliza informação útil sobre:
  - Os produtos e serviços bancários;
  - Simuladores;
  - Um glossário de termos financeiros;
  - E respostas a perguntas frequentes.
- Com o apoio da sua rede regional, o Banco tem vindo a organizar ações de formação financeira pelo país (em 2016, por exemplo organizou 350 ações, que reuniram 12 122 participantes).
- No contexto do Plano Nacional de Formação Financeira, o Banco esteve envolvido, com os outros supervisores financeiros, na promoção da educação financeira nas escolas e da formação financeira de empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas e de empreendedores da economia social.



Mas não basta. Também é necessário reforçar a ação pedagógica e a vigilância do lado de quem financia, quer no sentido da formação dos agentes que concedem o financiamento quer da responsabilização das instituições pelo financiamento que concedem e pela solvência de quem recebe esse financiamento. Recentemente, o Banco de Portugal passou a responsabilizar as instituições financeiras pela avaliação da solvência do cliente, ponto essencial para assegurar a estabilidade do sistema financeiro e da vida dos financiados.

Para terminar, gostaria de dar nota de um resultado do 2.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, realizado em 2015, cujas conclusões foram divulgadas em outubro de 2016 e que considero muito relevantes para o debate neste fórum: em Portugal, os grupos populacionais com maiores défices de literacia financeira são os jovens e os idosos, os estudantes, os desempregados, os aposentados e as mulheres, bem como os que têm baixos níveis de escolaridade e de rendimentos. Estes devem ser, por isso, os grupos populacionais prioritários da estratégia de formação financeira mas também alvos privilegiados da atenção das finanças éticas e solidárias.